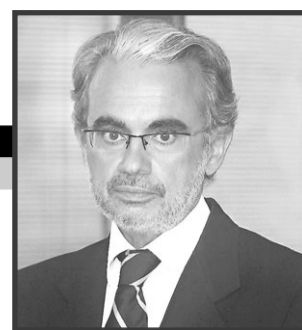


## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR

MARCOS MICHELI/EM

## O governo e as classes médias

Nestes últimos tempos, a discussão sobre a popularidade do governo andou esbarrando, toda hora, nas diferenças de avaliações entre pobres e classes médias. Como diversas pesquisas mostraram, a imagem da administração Lula está muito melhor entre os primeiros do que entre as segundas, nas quais já se pode falar que o governo enfrenta problemas.

Note-se, porém, que, nelas, o governo alcança índices de aprovação muito razoáveis se comparado ao seu antecessor mais próximo, o de FHC, e a qualquer um dos anteriores depois da redemocratização. Lula não tem a rejeição da maioria das pessoas de classe média, como se pode comprovar nas pesquisas disponíveis. Na mais recente, do Vox Populi, por exemplo, realizada em todo o país no fim de julho (mas antes da queda do avião da TAM), apenas 26% dos entrevistados situados nas classes de maior rendimento diziam que Lula faz um governo péssimo ou ruim. O mesmo ocorre na classe de maior escolaridade: eram 27% os entrevistados com acesso à educação superior que faziam avaliações negativas de sua atuação.



Tirando, portanto, os que o rejeitam, temos que cerca de três em cada quatro pessoas dessas classes aprovam (33%) ou são de opinião que o governo é regular (39% na escolaridade mais alta e 42% na renda). Estes últimos, certamente, não aprovam de maneira entusiasmada o governo, mas também não o condenam peremptoriamente.

Na resposta à pergunta se o aprovam, é pequena a maioria dos que dizem reprová-lo, sempre dentro das margens de erro das pesquisas: 46% de aprovação e 50% de

desaprovação na alta escolaridade, 41% e 52% na alta renda. Pode não ser um desempenho excelente, mas é muito melhor do que tiveram, nesses segmentos, todos os presidentes contemporâneos.

Onde, então, está o problema? Por que todo mundo fala que Lula vai mal na classe média? Em que sentido se pode dizer que está mal?

Há alguns. O primeiro é em termos comparativos, pois os números de agora podem não ser de todo ruins, mas já foram mais robustos. No fim do primeiro ano do governo Lula,

em 2003, a desaprovação, nesses estratos, não passava de 20%: 17% na escolaridade elevada e 20% na renda alta. No ano seguinte, no assunto Waldomiro e, especialmente, depois do mensalão, os sentimentos desses setores pioraram. Em meados de 2005, cerca de um terço dos entrevistados nesses segmentos faziam avaliações negativas da atuação de Lula à frente do governo. Na virada para 2006, a má avaliação atingiu seu máximo e se aproximou de 40%, mas, durante a eleição, foi se recuperando e terminou o ano menor que no começo do governo.

Olhando, então, para os resultados das pesquisas de agora, pode-se perceber que a rejeição das classes médias é mais alta do que já foi, mas é inferior ao que chegou a ser. Em comparação com o início deste ano, no entanto, ela mostra tendência de aumento: a cada dia, parece que a avaliação do governo, na classe média, piora um pouco.

Isso é ruim para Lula e seu governo por outra razão. Junto com mudanças na distribuição geográfica da aprovação, que a tornam maior no Norte/Nordeste, mais

concentrada em pequenas cidades e nos estados menos desenvolvidos, temos uma popularidade que se distancia cada vez mais do Brasil onde o PT nasceu e onde Lula se transformou no que veio a ser. Hoje, está se aproximando dos mesmos segmentos da sociedade que mais apoiaram o conservadorismo e mais resistiram à modernização: a base social de Lula se parece cada vez mais com o que era a base do voto do antigo PFL.

A permanecer essas tendências, o risco é termos um governo prisioneiro, em termos de agenda e discurso, de uma base pouco capaz de impulsioná-lo para além da gestão eficiente de programas distributivos. Se o governo se sentir aliado dos afetos das pessoas informadas, de maior escolaridade, que vivem em cidades grandes, nas partes modernas do país, pode imaginar que nada do que elas esperam é necessário fazer.

Até agora, nestes primeiros anos, Lula não agiu assim. Conseguiu dirigir-se aos mais pobres, sem deixar de expressar os sentimentos de outros setores do país. Ruim para nós todos se, por qualquer razão, ele perder essa capacidade.

“Olhando, então, para os resultados das pesquisas de agora, pode-se perceber que a rejeição das classes médias é mais alta do que já foi, mas é inferior ao que chegou a ser. Em comparação com o início deste ano, no entanto, ela mostra tendência de aumento: a cada dia, parece que a avaliação do governo, na classe média, piora um pouco

## TRIBUTOS

Governo quer manter exclusividade sobre a contribuição, apostando nos créditos decorrentes da autorização para limite de endividamento de estados e no acordo que prevê investimentos

## Disputa pelo dinheiro da CPMF

DANIEL PEREIRA

Brasília - O governo está certo de que aprovará a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sem previsão de divisão dos recursos com estados e municípios. Alega que a pressão pelo rateio do tributo é mais forte na imprensa do que nas conversas travadas com governadores e prefeitos. Além disso,

aposta nos dividendos decorrentes de ações recentes da União que deram fôlego extra ao caixa dos demais entes da Federação.

Entre eles, a autorização para a ampliação do limite de endividamento de estados, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e a assinatura de acordos que prevêem investimentos de R\$ 32 bilhões em saneamento e urbanização, dos quais R\$ 25 bilhões de responsabilidade do

governo federal. Conforme antecipado pelo Estado de Minas, os ministros de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, e da Fazenda, Guido Mantega, trabalham com a possibilidade de acordo com governadores e prefeitos só no âmbito da reforma tributária.

A aprovação de um projeto nesse sentido fracassou no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A idéia

foi retomada como prioridade no segundo mandato e o governo espera enviar um texto ao Congresso no próximo mês. Em troca do fim da guerra fiscal e da racionalização do modelo, a promessa é despejar recursos federais nas economias mais fracas do país, por meio de um fundo de desenvolvimento regional.

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, que reúne representantes de capitais e regiões metropolitanas, o prefeito de Recife, João Paulo (PT), concorda com a proposta de manter nas mãos da União a exclusividade sobre a CPMF. Ele diz que estados e municípios têm de centrar esforços nas negociações da reforma tributária. “Não adianta tirar de um santo para dar para outro”, afirma, referindo-se aos R\$ 36 bilhões que a contribuição renderá neste ano.

Já o presidente da Confederação Nacional de Municípios, o peemedebista Paulo Ziulkoski, declara que a entidade pressionará os parlamentares a aprovarem o rateio da CPMF. Ele também negocia com o governo a reforma tributária, mas teme que seja abandonada depois de aprovada a prorrogação da cobrança da contribuição. Adversário no duelo sobre a CPMF, Ziulkoski diz que o presidente Lula tem uma “relação mais qualificada” com os prefeitos. Teria atendido boa parte da agenda municipalista. É com base nesse crédito que o Planalto descarta a possibilidade de divisão da arrecadação. A mesma lógica vale para o caso dos estados. Depois da cerimônia de anúncio dos investimentos em saneamento e urbanização, governadores deixaram claro que não farão da votação da CPMF um cavalo de batalha.



Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, e o prefeito de Recife, João Paulo, são favoráveis à reforma tributária

## Juristas defendem idéia da noventena

UGO BRAGA  
IZABELLE TORRES  
Especial para o EM

Brasília - Uma ameaça vinda do mundo jurídico paira sobre R\$ 10 bilhões em receitas federais esperadas para 2008 com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Pela regra atual, o tributo morre em 31 de dezembro. O governo Lula quer estender a vigência por mais quatro anos. Mas, para tanto, precisa mudar a Constituição. O problema é que a proposta enviada há quatro meses ao Congresso ainda está na fase inicial de tramitação. Juristas e tributaristas defendem a idéia de que, mesmo em se tratando de prorrogação, a CPMF precisa respeitar o pres-

suposto constitucional da noventena, no qual as contribuições só podem ser cobradas 90 dias depois de criadas.

Se nenhuma mágica surgir no Congresso, é provável que a emenda constitucional só esteja em condições de ser promulgada em meados de dezembro. Submetidos à noventena, portanto, os 0,38% recolhidos de cada saque bancário não poderiam ser cobrados de 1º de janeiro até meados de março. “Não tenho dúvida de que existe a necessidade da noventena”, defende o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. “A prorrogação está submetida às regras da criação”, argumenta na mesma linha o jurista Paulo Brosard, ex-senador e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal.

TEATRO ALTEROSA apresenta

Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare | Natal | RN

## Mostra Clowns de Shakespeare BH

**Muito Barulho por Quase Nada**  
10 a 12/ago  
Sex e sab às 21h  
Dom às 19h

**O Casamento do Pequeno Burguês**  
17 a 19/ago  
Sex e sab às 21h  
Dom às 19h

Teatro Alterosa  
Av. Assis Chateaubriand, 499  
Floresta | (31) 32376611  
Venda de ingressos na bilheteria do teatro e www.comticket.com.br

Apelo

Localiza, ESTADOS UNIDOS, GUARANITUBO, ASSOCIADOS, BRASIL GOVERNO FEDERAL

ELZA FIUZA/ABR - 12/4/07